

Brasília - DF, 09 de outubro de 2013.

PARECER Nº 661/2013.

Processo nº 59500.002186/2013-76

Interessado: AD/GEP

**Ementa: Impugnação ao Edital 63/2013
– Impugnante: Projetec – Projetos
Técnicos Ltda. — Licitação na
modalidade Concorrência, tipo “Menor
Preço” - “Empreitada a Preço Global e
Preços Unitários”.**

Senhor Chefe,

I - Relatório

Primeiramente, entende-se que deve a área técnica certificar nos autos a tempestividade da impugnação (§1º, do artigo 41, da Lei 8.666/93).

Trata-se de impugnação (fls. 03/10) ao Edital 63/2013, interposta por **Projetec – Projetos Técnicos Ltda.**

O Edital se refere a licitação para Elaboração de estudos pedológicos e classificação de terras para irrigação, abrangendo uma área de 30.361 ha, no Projeto Canal do Sertão Pernambucano, nas áreas denominadas “Mancha Pontal de Sobradinho” e “Mancha de Santa Cruz” localizadas nos municípios de Santa Cruz, dormentes e Santa Filomena no estado de Pernambuco, bem como estudos em nível de detalhe em 16.089 ha na mancha “Casa Nova”, localizada no município de Casa Nova, no Estado Bahia e, Petrolina, no Estado de Pernambuco

No caso dos autos, em Nota Técnica de fls. 11, abordou-se a matéria levantada pela recorrente, tendo esclarecido de forma satisfatória que,

A Codevasf na composição dos Termos de Referência não considerou em nenhuma hipótese os serviços de pedologia como uma engenharia menor, como faz entender a empresa Projotec no seu pedido de impugnação;

Referida Nota Técnica definiu os métodos adotados para realização dos serviços pedológicos e mencionou que

Outro fator que caracteriza a não necessidade de proposta técnica é que a interpretação dos dados de campo e a elaboração dos mapas, apesar de ser uma questão intelectual, devem seguir manuais já existentes e aprovados pela Codevasf, não podendo ser "criada" uma nova classificação, serviço que poderá ser feito com o profissional com as características pedidas na fase de habilitação.

No caso concreto dos autos, ficou esclarecido que deve ser mantido o certame tal como foi lançado.

Observa-se que a Impugnante, ao finalizar sua Impugnação, requereu a ***"alteração da modalidade de contratação"***. Deixou de mencionar que sua irresignação se refere ao tipo de licitação e não modalidade de licitação.

Por outro lado, ainda que tivesse mencionado corretamente os institutos ***"modalidade"*** e ***"tipo"*** de licitação, a licitação encontra-se regularmente fundamentada na Lei 8.666/93, em seu artigo 22, I, § 1º e 45, caput, §1º, inciso I, devendo ser mantido o Edital.

Foram cumpridos todos os princípios que regem as licitações, conforme disposto no artigo 3º, caput e demais dispositivos da Lei 8.666/93 c/c artigo 37, inciso XXI, da Carta da República.

